

**PANORAMA DA CRÍTICA FEMINISTA: TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS<sup>1</sup>**

Jacicarla Souza da SILVA

**Resumo:** Ao considerar a significativa contribuição da crítica feminista aos estudos literários, este artigo visa a apresentar um panorama sobre essa vertente teórica que, por sua vez, propõe um olhar mais atento à produção de autoria feminina. Assim, na tentativa de re-examinar essa prática, bem como o termo “feminista”, pensou-se em trazer à luz a trajetória desse grupo, uma vez que ainda é notável uma certa ojeriza por parte de alguns pesquisadores que, por não conhecerem o surgimento ou, até mesmo, o que pretende a crítica feminista, acabam, muitas vezes, desprestigiando esse discurso.

**Palavras-chave:** Estudos literários; crítica literária; crítica literária feminista.

**PANORAMA OF FEMINIST CRITICISM: TENDENCIES AND PERSPECTIVES**

**Abstract:** By considering the significant contribution of the feminist criticism to the literary studies, this paper aims to present a panorama about this theoretical slope, which proposes a more attentive look to the production of feminine authorship. Thus, in the attempt to re-examine such practice, as well as the term feminist, we thought of pointing out the trajectory of this group, once we can still notice a considerable rejection of the feminist literary criticism by some researchers because they don't know about the feminist criticism's origin neither its aspiration, they often discredit this discourse.

**Key-words:** Literary studies; literary criticism, feminist literary criticism.

**O feminismo e suas contribuições à crítica feminista**

Notar as discussões apresentadas pelo feminismo no decorrer da sua trajetória é primordial para compreender a sua contribuição aos estudos literários. Desta forma, antes de tratar das principais perspectivas da crítica feminista, cabe elucidar a formação desse movimento em âmbitos mundiais.

O termo *feminismo* como sinônimo de emancipação da mulher, segundo Karen Offen (1988)<sup>2</sup>, será utilizado de maneira recorrente na Europa somente a partir de 1880. Hubertine Auclert teria sido uma das pioneiras a intitular-se como *feminista*, manifestando suas opiniões sobre essa questão tanto em seu periódico *La citoyenne*, de 1882, quanto em um congresso ocorrido na capital francesa em maio do mesmo ano 1882. Tais acontecimentos, conforme

destaca Humm<sup>3</sup>, difundiriam a utilização da expressão por outras regiões européias: “By 1894/1895 the term had crossed the Channel to Britain”.

Embora no século XIX tenha-se a presença de vozes como a de Hubertine, e antes ainda, no século XVIII as de Madame de Staël (1766-1817) ou a de Mary Wollstonecraft (1759-1797), o movimento feminista somente ganhará força em meados do século XX. O que não é de se estranhar ao considerar as condições sociais a que as mulheres foram submetidas durante a história da civilização. Sabe-se que na Grécia Antiga, por exemplo, a mulher possuía o mesmo status de um escravo, sendo excluída das fontes de conhecimento, como ressaltam Alves e Pitanguy<sup>4</sup>:

Estando assim limitado o horizonte da mulher, era ela excluída do mundo do pensamento, do conhecimento, tão valorizado pela civilização grega. Exceção feita das *hetairas*, cortesãs cujo cultivo das artes tinha como objetivo torná-las agradáveis companheiras dos homens em seus momentos de lazer, a mulher grega não tinha acesso à educação intelectual. O único registro histórico de um centro para formação intelectual da mulher foi a escola fundada por Safo, poetisa nascida em Lesbos no ano de 625 A.C. .

Na Idade Média, esse quadro não se altera muito, apesar da considerável participação feminina na vida social e econômica. Registros revelam que durante esse período havia “uma disparidade na distribuição da população por sexo, com predominância do contingente adulto feminino adulto.”<sup>5</sup> A ausência da figura masculina é explicada pelas constantes guerras, viagens e até mesmo a dedicação à vida monacal. Desta maneira, a mulher se vê obrigada a executar as tarefas realizadas anteriormente pelos homens. Nesse período, entretanto, a figura feminina continua sendo bastante hostilizada; prova disso é a Inquisição, que teve início na Idade Média e se estendeu durante o século XVII, com suas perseguições infundadas às bruxas. Vale lembrar que estas não eram condenadas somente pela Igreja Católica, mas também pelas religiões protestantes que se demonstraram grandes “exterminadoras de mulheres”, como destaca o fragmento abaixo:

O advento do protestantismo não significou uma queda nesta perseguição. Ao contrário, tanto Lutero quanto Calvino aderiram à mesma, apoiados na Bíblia. **Segundo alguns autores chegou-se mesmo a se estabelecer uma competição entre as duas religiões no que se refere à “caça às bruxas”.** Jules Michelet, em *Sobre as Feiticeiras*, transcreve números estupefacentes: por ordem de seu bispo, a cidade de Genebra queimou, no ano de 1515, em apenas 3 meses, nada menos que 500 mulheres; na Alemanha, o Bispado Bamberg queima de uma só vez 600, e o de Wurtzburgo, 900.<sup>6</sup>

No século XIV, momento de transição entre a Idade Média e a Renascença, ainda é possível observar de modo efetivo a atuação do trabalho feminino, porém sem a mesma remuneração concedida aos homens. Contudo, é a partir do Renascimento que se nota uma superexploração e desvalorização da mão-de-obra feminina, em virtude da grande concorrência com a masculina.

Por outro lado, a difusão dos ideais iluministas no período da Revolução Francesa permitirá que as mulheres se organizem em prol de seus interesses. É o caso de Marie Olympe Gouges (1748-1793) que apresenta à Assembléia Nacional da França, no ano de 1791, sua *Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne*, documento no qual ela reivindica direitos igualitários de expressão para ambos os sexos. Ainda no século XVIII, além de Wollstonecraft, é notável a presença de Mary Astell (1666-1731), com o escrito *Some Reflections upon Marriage* de 1730, “que ironiza a sabedoria masculina e despoetiza as relações existentes na sociedade familiar”<sup>7</sup>. Entretanto, a mulher entra no cenário político, nos Estados Unidos e na Inglaterra, somente na segunda metade do século XIX, quando são realizadas as campanhas pela igualdade legislativa e pelo sufrágio feminino. Como forma de legitimar o movimento, criam-se algumas associações, conforme aponta o trecho a seguir:

Em 1840, as americanas Elizabeth Cady Stanton, Susan B. Anthony e Lucy Stone passaram a liderar um sólido movimento pelos direitos das mulheres. As duas primeiras criaram a *National Woman Suffrage Association (Associação nacional para o voto da mulher)*, que, além, de reivindicar o voto feminino, lutava pela igualdade legislativa, enquanto Stone criava a *American Woman's Suffrage Association (Associação americana para o voto das mulheres)*, que somava às reivindicações sufragistas outras ligadas à reforma das leis do divórcio. Essas duas organizações foram fundidas em 1890 para formar a *National American Woman's Suffrage Association (NAWSA) (Associação nacional americana para o voto das mulheres)*, que, contando com o apoio de outras ativistas, conseguiu o direito de voto às mulheres americanas em 1920.<sup>8</sup>

Deste modo, percebe-se que a ênfase das exigências incidirá, a princípio, sobre aquelas mais primárias, como condições igualitárias no trabalho; o direito ao voto, ao acesso à educação. Pode-se afirmar que ainda no início do século XX as manifestações femininas estavam ligadas às lutas operárias. A partir dos anos 30 é que se notam intervenções direcionadas estreitamente às reivindicações das mulheres.

É importante frisar que é por meio do movimento feminista que as mulheres começam efetivamente a se conscientizar e se questionar acerca da sua condição. Os estudos literários, diante desse contexto, vão ao encontro das discussões que permeiam a contestação do discurso patriarcal em relação às produções de autoria feminina.

A ênfase do enfoque sobre a mulher nas diversas áreas de estudo é resultado direto do movimento feminista das décadas de 60 e 70, pretendeu/pretende principalmente, destruir os mitos da inferioridade “natural”, resgatar a história das mulheres, reivindicar a condição de sujeito na investigação da própria história, além de rever, criticamente, o que os homens, até então, tinham escrito a respeito.<sup>9</sup>

Ainda no que se refere à representatividade do Movimento Feminista, Rosiska Darcy Oliveira (1999) salienta que é através dele que as mulheres irão problematizar, de uma maneira geral, as condições às quais elas foram submetidas em nome de uma hegemonia masculina:

**Ao questionar o corte hierárquico do mundo, ao afirmar que o pessoal é o político e que a política se enraíza na vida cotidiana e nos sentimentos privados, ao opor ao modelo único a ser imitado uma pluralidade de projetos e identidades a serem inventadas, essas novas protagonistas sociais atacam princípios sagrados da ordem estabelecida. A expressão coletiva desse questionamento de normas – valores e modos de organização ficou conhecida como Movimento Feminista.<sup>10</sup>**

Costuma-se situar a crítica feminista em três grandes momentos. O início da primeira fase corresponderia à década de 60, em que se procurou verificar a representação feminina em obras de autores masculinos. Já o segundo período foi marcado pela relação entre a escrita de autoria feminina e o posicionamento de suas respectivas escritoras, mais precisamente, o que Showalter (1979)<sup>11</sup> denominou como *ginocrítica*, enquanto o terceiro momento (no início dos anos 80) enfatizou as questões referentes ao gênero, bem como as relações de poder e repressão.

Beth Miller, segundo Constância Lima Duarte, ao comentar sobre o posicionamento das escritoras, designa tais fases como “ondas literárias”; estas seriam: primeiramente, a *Andrógina*; em seguida, a *Feminina*; e a terceira, *Feminista*:

Na “Andrógina” as mulheres tentavam escrever como os homens e corresponderia às primeiras manifestações literárias. A segunda posição definia-se a partir da consciência de que a vivência diferenciada da mulher implicaria num discurso próprio. E a terceira, marcada pelo Ano Internacional da Mulher, as escritoras já expressariam conscientemente “coisas de mulher” em seus textos e pressupõe a existência de uma geração de escritoras feministas.<sup>12</sup>

Esses momentos apontados por Miller equivalem ao que Showalter chama de escrita Feminina (*feminine*), Feminista (*feminist*) e Fêmea (*female*). “a primeira de imitação e internalização das normas masculinas, [...] a segunda, a **Fase de Protesto** [...] e a terceira, a de auto-realização...”<sup>13</sup>

Durante os anos de 1960 e 1970, período de efervescência do movimento feminista, os estudos relacionados à crítica, como foi mencionado anteriormente, procuram discutir, em linhas gerais, a representação feminina nas obras de autores masculinos. Busca-se resgatar e reavaliar o papel da escrita feminina, mostrando a relação de poder exercida pela produção dominante. Kate Millet, por exemplo, em *Sexual Politics* (1970) parte das idéias de Virginia Woolf para destacar o domínio do poder patriarcal. Nesse livro Millet analisa, em síntese, a representação estereotipada da figura feminina em obras de ficcionistas, como D. H. Lawrence, Norman Mailer, Henry Miller. Conforme observou Funck (1999)<sup>14</sup>, trata-se da “primeira obra importante da crítica feminista norte-americana”. Seguindo essa mesma perspectiva de *Sexual Politics*, o livro *Woman in Sexist Society: Studies in Power and Powerless* (1971) apresenta textos das críticas feministas Elaine Showalter, Catherine Stimpson e também de Kate Millet.

Ainda no que se refere aos trabalhos significativos nesse período, conforme aponta Humm<sup>15</sup>, vale ressaltar o ensaio da poetisa Adrienne Rich intitulado “*When We Dead Awaken: Writing as Re-vision*” (1971), bem como o estudo *Thinking About Women* (1968) de Mary Ellmann; além dos trabalhos de Betty Friedan, Germaine Greer, Carolyn Heilbrun, Judith Fetterley, Eva Figs, Alice Walker, Annete Kolodny.

Não resta dúvida de que a contribuição de Virginia Woolf e de Simone de Beauvoir foi decisiva para a crítica feminista do século XX. As reflexões levantadas por essas autoras servirão de esteio aos trabalhos posteriores. A escritora inglesa ressalta a importância das questões sociais e de gênero. Desta forma, ela chama a atenção para a perspectiva da mulher e seu olhar diante do mundo, enfatizando a ruptura da escrita feminina frente à linguagem da escrita tradicional/dominante.

Em *A Room of One's Own*, publicado pela primeira vez em 1929, Woolf aborda a condição da mulher como escritora, bem como a sujeição intelectual feminina. Trata-se de um estudo sobre mulher e literatura que teve origem nas anotações feitas por ela para duas conferências realizadas em estabelecimentos de ensino para mulheres em Cambridge no ano de 1928. Ainda no tocante à relação entre mulher e ficção, ela questiona: “Qual o efeito da pobreza na ficção? Quais as condições necessárias para a criação de obras de arte?”<sup>16</sup> Em outras palavras, qual o reflexo dessas condições femininas na ficção produzida por elas? Até que ponto isso interfere na produção artística?

A importância de um espaço (a *room*) próprio a que alude a autora de *Orlando* também é retomada por Beauvoir em *O segundo sexo* (1949). Assim como Woolf, ela reconhece que

apenas por meio da independência feminina torna-se possível chegar a um “caminho de libertação”<sup>17</sup>:

Foi pelo trabalho que a mulher cobriu em grande parte a distância que a separava do homem; só o trabalho pode assegurar-lhe uma liberdade concreta. [...] entre o universo e ela não há mais necessidade de um mediador masculino. [...] produtora, ativa, ela reconquista sua transcendência; em seus projetos afirma-se concretamente como sujeito, pela relação com o fim que visa, com o dinheiro e os direitos de que se apropria, põe à prova sua responsabilidade<sup>18</sup>.

Simone de Beauvoir também irá discutir os motivos pelos quais a mulher se submete à opressão. Segundo ela, ao aceitar essa condição repressora, o sexo feminino estaria sendo cúmplice da própria dominação masculina, cabendo, portanto, à mulher reverter essa situação.

Dir-me-ão que todas estas considerações são bem utópicas, posto que fora necessário “para refazer a mulher” que a sociedade já a tivesse feito *realmente* igual ao homem: os conservadores nunca deixaram em todas as circunstâncias análogas de denunciar este círculo vicioso: entretanto a história não pára. [...] Sem dúvida se colocarmos uma casta em estado de inferioridade, ela permanece inferior: mas a liberdade pode quebrar o círculo. Deixem os negros votar, eles se tornarão dignos do voto; dêem responsabilidades à mulher, ela as saberá assumir [...] parece mais ou menos certo que atingirão dentro de um tempo mais ou menos longo a perfeita igualdade econômica e social, o que acarretará uma metamorfose interior.<sup>19</sup>

Essa idéia de igualdade e semelhança, em que se alicerça o feminismo existencialista da filósofa francesa, será posteriormente questionada pelas teóricas pós-Beauvoir que irão destacar a diferença, ou melhor, “exaltar o direito de a mulher proteger os valores especificamente femininos e rejeitar a referida ‘igualdade’, entendida como disfarce para forçar as mulheres a se tornarem como homens.”<sup>20</sup>

É importante lembrar que na década de 70 há uma crescente preocupação em verificar as leituras que as mulheres faziam acerca da própria escrita. Trata-se de uma fase de redescoberta, a qual Showalter caracterizou como *ginocrítica*. Ela, conforme destacou Castro, sugere dois tipos de crítica:

“crítica feminista”, que se dedicaria a mulheres como leitoras e “ginocrítica”, que se dedicaria a mulheres como escritoras, sendo que esta última modalidade visaria a psicodinâmica da criatividade

feminina, através de sua literatura, ou seja, a pesquisa, sob a luz da Psicanálise, do universo imaginário da mulher.<sup>21</sup>

Showalter desempenha um importante papel nas reflexões acerca desse assunto. Em “*Criticism and the Wilderness*”<sup>22</sup> a autora discute algumas teorias relacionadas à produção feminina, centradas nos modelos biológico, lingüístico, psicanalítico e cultural. Ela conclui que os estudos feministas que fazem uso do modelo cultural são aqueles que realizam de maneira mais satisfatória a discussão sobre o tema, por levarem em conta o contexto histórico-cultural no qual se insere cada obra literária executada por mulheres.

No início do ano de 1980, observa-se uma crescente preocupação em analisar a maneira como as ideologias sociais/sexuais estavam representadas nos textos literários. Outro aspecto bastante discutido nessa fase refere-se à construção da linguagem. Questiona-se, deste modo, até que ponto a produção de autoria feminina se diferenciaria das obras executadas por homens. Sob esse aspecto, destaca-se a atuação de Hélène Cixous.

Cixous parte dos questionamentos de Jacques Derrida acerca das oposições hierárquicas mantidas pela sociedade ocidental para tratar o modo como esse contraste binário desprivilegia a mulher. Ela, inclusive, aponta a presença desta oposição entre *passividade* feminina e *atividade* masculina no próprio discurso filosófico:

*Como todo la obra de Derrida atravesando-detectando la historia de la filosofía se dedica a hacerla aparecer. En Platón, en Hegel, en Nietzsche, se repite una misma operación, rechazo, exclusión, marginación de la mujer. Asesinato que se confunde con la historia como manifestación del poder masculino.*<sup>23</sup>

A escritora francesa também considera que este mesmo sistema tem como ponto principal de funcionamento a própria repressão feminina. “*Excluida del espacio de su sistema, ella es la inhibición que asegura el sistema su funcionamiento.*”<sup>24</sup> Desta maneira, a escrita da mulher tentará se rebelar contra essa condição repressora.

*Al escribir, desde y hacia la mujer, y aceptando el desafío del discurso regido por el falo, la mujer asentará a la mujer en un lugar distinto de aquel reservado para ella en y por lo simbólico, es decir, el silencio. Que salga de la trampa del silencio. Que no se deje endosar el margen o el harén como dominio.*<sup>25</sup>

Estudos como o de Cixous, Julia Kristeva, Luce Irigaray, revelam a contribuição das feministas francesas à crítica anglo-americana. Com base nas idéias de Simone Beauvoir, elas

analisam as oposições presentes na representação literária da diferença sexual. Sobre a importância dessas autoras, aponta Humm:

*French feminist theory played a crucial role in feminist criticism of the late 1980s by offering critics a new conceptualisation of the relationship between women, psychoanalysis and language. [...] French feminists aim to create positive representations of the feminine in a new language which is often referred to as **écriture féminine**, or women's writing.*<sup>26</sup>

O conceito de *écriture féminine*, elaborado pela crítica feminista francesa, em linhas gerais, apóia-se numa “identidade feminina”. Desse modo, acredita-se que é possível notar elementos que caracterizam a produção realizada pelas mulheres. Discute-se uma feminilidade construída de acordo com os interesses do patriarcado. Este, por sua vez, consolida as oposições binárias entre macho/fêmea, em que o feminino é referenciado sempre como a parte negativa, como esclarece Rosiska Darcy Oliveira em *Elogio da diferença*:

No imaginário masculino, as mulheres, percebidas não só como diferentes, mas sobretudo, como inferiores, ocupam paradoxalmente, o lugar de “metade perigosa da sociedade”. [...] Em razão mesmo de uma situação de alteridade, a mulher é definida como perigosa e antagônica. Em virtude dessa relação de oposição, é freqüentemente associada às forças da mudança que corroem a ordem social e a cultura estabelecida.<sup>27</sup>

Em relação a *écriture féminine*, cabe dizer que se trata de uma definição bastante questionada, uma vez que, ao estabelecer aspectos que distinguem o discurso masculino do feminino, volta-se novamente para um binarismo do qual, a princípio, tenta-se escapar. Desta forma, problematiza-se o fato de a feminilidade se restringir unicamente a um sexo. Todas as escritoras apresentariam uma peculiaridade tipicamente *feminina*? E os homens que escrevem? Também não poderiam tê-la? Perguntas como essas se mantêm no cerne dessa discussão. Elaine Showalter<sup>28</sup> coloca-se contra a existência dessa essência feminina e “argumenta que qualquer padrão comum que se encontrar do feminino será apenas resultado de uma longa história de opressão”. Sobre essa questão, lembra Lúcia Osana Zolin:

O feminino, para Kristeva, como para Cixous, não implica a mulher real, pois, no que diz respeito à escrita, sujeitos biologicamente masculinos podem ocupar uma posição de sujeito feminino na ordem simbólica, conforme ela observa nas obras de artistas de vanguarda como Joyce e Mallarmé, entre outros. Ela vê no feminino a negação do fálico e, mais especificamente, na escritura

feminina, uma força capaz de quebrar a ordem simbólica restritiva.  
29

Ainda no que tange à influência da escola francesa, vale ressaltar a obra *The Madwoman in the Attic* (1979) de Sandra Gilbert e Susan Gubar. As autoras chamam a atenção para o fato de as mulheres escritoras colocarem em evidência as suas experiências, assim como a perspectiva feminina. Por se apresentarem de maneira camuflada, tais aspectos (“femininos”) seriam ignorados pelos críticos tradicionais que acabam realizando uma leitura superficial. Esse livro irá influenciar outros trabalhos posteriores, também voltados para o viés psicanalítico, como *Writing and Sexual Difference* (1982) e *The Voyage In* (1983), ambos de Elizabeth Abel, bem como os estudos de Mary Jacobus, Juliet Mitchell.

Já em meados dos anos 80, é interessante observar a presença de discussões que giram em torno da diferença racial, em que se destacam nomes como o de Barbara Smith, Audre Lorde, Alice Walker, Barbara Christian e o das críticas feministas africanas e caribenhas. Nesse período também há representativos trabalhos relacionados ao *lesbian criticism*. Em outras palavras, enfatizam-se questões ligadas a outras classes minoritárias.

Nesse mesmo período, sob o olhar desconstrutivista e pós-estruturalista destacam-se os estudos de Gayatri Spivak que revelam um outro viés da crítica feminista. Spivak, pensadora indiana radicada nos E.U.A., também chama a atenção para a mulher nas sociedades periféricas, propondo uma reintrodução da dimensão histórica que, segundo a autora, é esquecida pelos trabalhos sobre linguagem empreendidos por Kristeva e Cixous. Para ela, a linguagem é um veículo de ideologias sociais e políticas: “[...] to make us think deeply about the racism and sexism embedded in literary structures.”<sup>30</sup>

Assim como Spivak, Toril Moi em *Sexual/Textual Politics* (1985) enfatiza, com base nos conceitos do pós-modernismo, o fato da crítica feminista ser marcada ideologicamente, não sendo possível notar marcas de uma neutralidade, mas sim de uma subjetividade evidente.

Ainda sobre esse assunto, Beth Miller demonstra-se de acordo com o posicionamento de Moi, como observa Constância Lima Duarte:

Para a americana Beth Miller, a crítica feminista, como a marxista, é uma variedade da sociológica ou sócio-histórica, e se distinguiria das demais pela sua **especial perspectiva** sobre o conteúdo ou a **interpretação ideológica** que podem nos dar uma percepção distinta da obra de um autor ou de uma autora.<sup>31</sup>

Outro aspecto de grande relevância apontado por Moi em “*Feminist, Female, Feminine*”

<sup>32</sup> refere-se às considerações feitas por ela acerca dos termos *feminista e feminino*:

[...] we can now define as **female**, writing by women, bearing in mind that this label does not say anything at all about the nature of that writing; as **feminist**, writing which takes a discernable anti-patriarchal and anti-sexist position; and as **feminine**, writing which seems to be marginalised (repressed, silenced) by the ruling social/linguistic order.<sup>33</sup>

Acerca dessas afirmações realizadas por Moi, ao comentar sobre o texto “*Feminist Literary Criticism*” da autora norueguesa, Nancy Campi de Castro esclarece:

As palavras “feminista” e “feminino” são rótulos políticos para o movimento de mulheres surgido no final dos anos 60. “Crítica feminista” é, por sua vez, um tipo específico de discurso político, direcionado contra o patriarcado e o sexismo, deixando de ser somente uma preocupação com o gênero na literatura. Trata-se, portanto, de algo mais que meros instrumentos metodológicos.<sup>34</sup>

Torna-se importante esclarecer que as feministas de língua inglesa utilizam os termos *feminine* e *masculine* para se referir às questões de gênero (convenções sociais) e, por outro lado, usam *female* e *male* para enfatizar os aspectos biológicos de cada sexo.

Já no idioma francês, utiliza-se somente um adjetivo para se referir à mulher, neste caso, o vocábulo *féminine*, que apresenta uma perda do peso político atribuído pelas feministas anglo-americanas. Isto acarreta uma certa dificuldade para as falantes de língua inglesa, pois ao falar em *écriture féminine*, por exemplo, não se sabe se a expressão representa uma escrita marcada pelos valores que a sociedade instituiu como *feminino* ou se corresponde simplesmente a um texto de autoria feminina que pode ou não ter marcas do *feminino*. Desse modo, o grande problema estaria em identificar se a expressão estaria se referindo ao gênero ou ao sexo.<sup>35</sup> Para as francesas Cixous e Kristeva, *féminine* está relacionado ao que está à margem, podendo ser representado tanto pelo sujeito masculino e feminino.

Ainda sobre a definição desses termos, a língua portuguesa, como língua românica, apresenta um problema semelhante ao idioma francês, os vocábulos *female/male*, tão recorrentes nos textos da crítica anglo-americana, acabam sendo inapropriados para os falantes do idioma português. O mesmo ocorre com o termo *feminista* que, devido às conotações panfletárias, é visto de maneira pejorativa, diferentemente da língua inglesa em que é usado normalmente. É importante frisar, porém, que este deve ser compreendido como “categoria política”, e não de modo depreciativo, uma vez que se refere ao “feminismo entendido como movimento que preconiza a ampliação dos direitos civis e políticos da mulher, não apenas em termos legais, mas também em termos da prática social.”<sup>36</sup>, ao passo que a palavra *feminino* no contexto brasileiro está mais ligada às marcas culturais de gênero, não apresentando o mesmo teor empregado por Cixous a partir da *écriture féminine*,

correspondendo, nesse sentido, a um termo empregado tanto na oposição ao *masculino*, aludindo às convenções sociais, ou melhor, “a um conjunto de características (atribuídas à mulher) definidas culturalmente, portanto em constante processo de mudança” quanto na simples referência ao sexo feminino, “ao dado puramente biológico, sem nenhuma outra conotação.”<sup>37</sup> Desta forma, percebe-se que o uso, bem como a significação dos termos, dependerá do contexto discursivo.<sup>38</sup>

No que se refere aos estudos da crítica feminista, na década de 90, as discussões que giram em torno dos estudos de gêneros serão retomadas. Com a publicação de *Speaking of Gender* (1989), Showalter, por exemplo, irá focalizar essa questão. Ela ressalta que a identidade sexual não se constrói somente pelas diferenças biológicas, mas pelas divergências sociais e culturais a que a sociedade submete o indivíduo, ou, como definiu Nicholson<sup>39</sup> (2000), “uma organização social da diferença sexual”. Assim, *Speaking of Gender* “[...] represents a significant shift from the focus on women's writing in earlier feminist criticism and the focus on significations of the feminine in the work of Igaray, Jardine and others.”<sup>40</sup>

De acordo com as considerações feitas aqui, pode-se afirmar que a crítica feminista se fundamenta em duas grandes vertentes: a escola francesa, influenciada pela psicanálise lacaniana e pelo conceito de desconstrução derrideana; e a escola anglo-americana, que se centra na formação do cânone, bem como nas questões que permeiam as ideologias de gênero.<sup>41</sup>

Mediante essas distintas direções, mas que se entrelaçam, pode-se afirmar que a crítica feminista atual tem como principais objetivos: focalizar o modo como as mulheres são representadas de acordo com as normas sociais e culturais predominantes; resgatar textos de autoria feminina negligenciados pela crítica tradicional; confrontar as leituras e métodos sustentados por essa crítica; destacar o posicionamento dessas mulheres como leitoras que, por sua vez, representam um novo olhar frente à produção da escrita feminina.

### **Crítica feminista no Brasil**

Sabe-se que a presença da mulher brasileira na vida pública começa de maneira efetiva no início do século XX. No Brasil, até o ano de 1916 o Código Civil considerava as mulheres como: “menores perpétuos sob Lei”<sup>42</sup>. Em outras palavras, elas ficavam sujeitas à vontade dos homens (marido ou pai).

Tal realidade também é comum em outros países da América Latina, como a Argentina, que se valerá de leis parecidas com essa para manter a autoridade masculina. Após a segunda metade do século XIX, entretanto, surgem no Brasil, assim como no Chile e em

outros países latino-americanos, movimentos de mulheres descontentes com a situação à qual elas estavam condicionadas.

Ao tratar sobre a história do feminismo brasileiro, Constância Lima Duarte (2003) em “Feminismo e literatura no Brasil”<sup>43</sup> designa as décadas de 1830, 1870, 1920 e 1970 como “momentos-onda”, em que o movimento feminista adquire maior destaque.

A primeira “onda” corresponderia ao período em que a mulher luta pelos direitos primários, como o acesso à educação. Busca-se a construção de uma identidade feminina. Além da presença das escritoras Beatriz Francisca de Assis Brandão (1779-1860)<sup>44</sup>, Clarinda da Costa Siqueira (1818-1867), Delfina Benigna da Cunha (1791-1857), destaca-se a atuação de Nísia Floresta (1809-1885), em especial, o trabalho intitulado *Direito das mulheres e injustiça dos homens*, publicado em 1832. Trata-se de uma adaptação do livro *Vindication of the Rights of Woman* da inglesa Mary Wollstonecraft. Segundo Duarte, essa “tradução livre” representa um marco para o feminismo brasileiro:

Nísia Floresta não realiza, insisto, uma tradução no sentido convencional do texto feminista, ou de outros escritores europeus, como muitos acreditaram. Na verdade, ela empreende uma espécie de *antropofagia libertária*: assimila as concepções estrangeiras e devolve um produto pessoal, em que cada palavra é vivida e os conceitos surgem extraídos da própria experiência.<sup>45</sup>

Convém ainda mencionar a representatividade de Teresa Margarida da Silva e Orta (1711 ou 1712-1793) apontada como precursora do romance brasileiro com a obra *Aventura de Diófanos*. Nesse período, conforme destaca Rita Terezinha Schmidt (1995)<sup>46</sup>, nota-se a presença de outras vozes significativas, dentre elas: Albertina Berta, Ana Luísa Berta, Maria Firmina dos Reis, Maria Benedita Bormann, Carmen Dolores, Ana Luísa de Azevedo e Castro, Ana Eurídice Eufrosina de Barandas.

Já o segundo “momento-onda” apontado por Constância Duarte apresenta um cunho mais feminista. Uma das principais reivindicações, nessa fase, será o direito ao voto. A imprensa será um veículo de suma importância. A autora também ressalta o caráter bastante reivindicativo do jornal *A família* de Josefina Álvares Azevedo (1851-?); além de *O corimbo*, das irmãs Revocata Heloísa de Melo (1862-1944) e Julieta de Melo Monteiro (1855-1928), publicado na cidade de Porto Alegre durante os anos de 1884 a 1944.

Nota-se, portanto, no início do século XX, um notável aumento de publicações em jornais e revistas, desde ensaios, crônicas, poesias, contos de autoria feminina. Dentro desse periodismo feminino, segundo Dulcília S. Buitoni<sup>47</sup>, o primeiro jornal que possibilitou a divulgação de textos, tanto de cunho político quanto literário, escritos por mulheres foi provavelmente *O espelho diamantino*, lançado em 1827 na cidade do Rio de Janeiro.

Observam-se também outros periódicos pioneiros, como, o *Correio das modas* (1839-1841) e o *Jornal das senhoras* (1852-1855).

Em 1873 aparece, de fato, o primeiro jornal feminista: *O sexo feminino*, com a colaboração de Maria Amélia de Queiroz (séc XIX-?). Nesse mesmo período, destaca-se a revista literária *A mensageira*, publicada em São Paulo de 1897 a 1900, dirigida por Presciliana Duarte de Almeida (1867-1944). Autoras como Narcisa Amália (1852-1924) e Júlia Lopes (1862-1934) contribuíram efetivamente com seus textos para a revista. “A importância dessa revista deve-se, sobretudo, à preocupação com a formação de um grupo ativo de intelectuais e artistas preocupado com a construção de um contexto de cultura literária.”<sup>48</sup>

Vale mencionar que, no campo literário, destacam-se as escritoras Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) e Francisca Júlia (1871-1920), consideradas como um marco no que tange à produção literária de autoria feminina no Brasil. “É possível dizer, mesmo, que com essas duas escritoras inicia-se realmente uma tradição da literatura brasileira feminina no Brasil.”<sup>49</sup> Percebe-se que grande parte da crítica da época contribuiu em disseminar que elas supostamente representavam a imagem de mulher “perfeita”, pois além de atuar como escritoras, trabalhavam em seu lar, o que corroborou a idéia de que a produção feminina era uma espécie de “hobby” e, portanto, uma atividade menor comparada à masculina. Tal aspecto será explorado pelo discurso crítico que, por sua vez, difundirá o conceito de que a literatura feita por mulheres corresponde somente à representação de suas respectivas emoções e sentimentos. É o que Sylvia Paixão designou como o “olhar condescendente” da crítica: “A atmosfera de fragilidade será acentuada por meio de uma atitude paternalista do crítico em relação à mulher que escreve, fazendo sobressair, muitas vezes, mais as qualidades físicas da mesma do que os seus dotes literários”.<sup>50</sup>

No que se refere à terceira “onda”, definida por Constância Duarte, as exigências pelo direto ao voto continuam juntamente com as reivindicações de inserção da mulher no campo de trabalho, bem como no ensino superior. Destacam-se nomes como Bertha Lutz (1894-1976), Maria Lacerda de Moura (1887-1945), Leolinda Daltro (1860-1935), Ercília Nogueira Cobra (1891-1938), Adalzira Bittencourt (1904-1976), Mariana Coelho (1880-1953), Diva Nolf Nazário (séc. XX), entre outras.

É interessante observar que, a princípio, a idéia do desenvolvimento intelectual feminino estava vinculada à melhoria do desempenho da mulher como esposa e mãe, conforme aponta Cristina Ferreira Pinto:

[...] a imprensa feminina brasileira, desde os seus primórdios, enfatiza a necessidade de melhorar-se a educação dada à mulher, como meio de elevá-la social e moralmente. As primeiras feministas brasileiras, no entanto, assim como políticos e educadores liberais, defendiam a melhora do ensino para as

mulheres porque entendiam que assim elas poderiam desempenhar melhor seus deveres para com a família e a casa. [...] **A partir da década de 1870, no entanto, observa-se que vários jornais e revistas feministas e uns raros homens públicos assumem uma atitude diferente em relação à educação feminina.** Defendia-se então a idéia de que a mulher deveria ser instruída e emancipada, não só para poder servir melhor à família e à sociedade, mas principalmente por um desejo de realizar-se pessoalmente.<sup>51</sup>

Aos poucos as reivindicações de acesso à educação assumem um caráter estritamente relacionado à emancipação feminina. “Dessa maneira, o foco desse movimento vai mudando progressivamente, e logo a questão central passa a ser o direito da mulher ao ensino superior”.<sup>52</sup> É somente a partir da década de 1930, entretanto, que é possível notar um número significativo de mulheres nas escolas superiores. Ainda no que se refere ao movimento feminista no Brasil, Cristina Ferreira Pinto menciona:

Embora não tivesse conseguido transformar radicalmente a atitude da sociedade brasileira em relação à mulher, o movimento feminista que se inicia em meados do século XIX consegue avanços consideráveis. O acesso da mulher à educação integral foi, sem dúvida, o primeiro passo para sua emancipação. A luta pelo sufrágio feminino também consegue uma vitória em 1932 [...]<sup>53</sup>

Ainda acerca desse momento, no âmbito literário, cabe destacar a atuação de Rosalina Coelho Lisboa (1900-1975) com a obra *Rito pagão*, e Gilka Machado (1893-1980) que, diferentemente de Francisca Júlia, apresenta uma outra tendência poética, renovando com seus poemas de cunho erótico “a poesia de Gilka Machado vai mais além: acusa os agentes opressores – os homens; e proclama a rejeição dessa forma reprimida de ser *mulher*.”<sup>54</sup>

Costuma-se enfatizar a década de 1930 como um período de maturidade da produção de autoria feminina, tanto pela qualidade dessa produção quanto em relação ao número de mulheres que atuam como escritoras. Desse período fazem parte as poetisas Cecília Meireles, Henriqueta Lisboa, bem como as prosadoras, Patrícia Galvão (Pagu) e Raquel de Queiroz, entre outras. No âmbito da crítica literária, porém, nota-se ainda uma certa lacuna, com exceção de Lúcia Miguel Pereira que, além de se dedicar à prosa literária, também exerce notavelmente a atividade de ensaísta e crítica, apesar de alguns estudiosos questionarem o fato da sua obra *A história da literatura brasileira*, publicada em 1950, só fazer referência a uma escritora, no caso, Júlia Lopes de Almeida. Para Lúcia Osana Zolin (2004), o motivo da única escolha feminina é explicado pois “[...] certamente por não considerar que as demais escritoras da época tenham participação na formação da identidade nacional ou, simplesmente, por

considerar suas obras inferiores em relação àquelas modelares dos ‘homens letrados’<sup>55</sup>. A atuação de Lúcia Miguel Pereira, entretanto, não se limita somente a essa obra. Dentre os seus estudos, vale ressaltar “As mulheres na literatura brasileira” de 1954, em que ela descreve a condição feminina na sociedade brasileira.

Sobre a quarta “onda”, em que a mulher já consegue concretizar grande parte das exigências reivindicadas na fase anterior, Duarte complementa:

Enquanto nos outros países as mulheres estavam unidas contra a discriminação do sexo e pela igualdade de direitos, no Brasil o movimento feminista teve marcas distintas e definitivas, pois a conjuntura histórica impôs que elas se posicionassem também contra a ditadura militar e a censura, pela redemocratização do país, pela anistia e por melhores condições de vida.<sup>56</sup>

É possível, portanto, notar nessa fase que o feminismo no Brasil apresenta algumas particularidades em decorrência da ditadura militar. As primeiras publicações feministas dos anos 70, como por exemplo, os jornais *Brasil mulher* e *Nós, mulheres* irão enfatizar o caráter de luta de classe e a condição repressora do regime ditatorial. Ainda sobre esse período, Miriam Pillar Grossi (2004) chama a atenção para a grande inquietação que girava em torno dos trabalhos acerca das especificidades da mulher brasileira:

Mas, se por um lado, o movimento feminista brasileiro que surge nos anos 70 se caracteriza por um intenso compromisso político, por outro, suas participantes – majoritariamente das camadas médias intelectualizadas – tiveram sempre uma forte preocupação com a pesquisa sobre a situação daquilo que se pensava ser “uma mulher brasileira”.<sup>57</sup>

Esse mesmo momento é apontado por Nelly Novaes Coelho em *A literatura feminina no Brasil contemporâneo* (1993) como um período de amadurecimento das mulheres escritoras, ressaltando o que ela chama de *consciência crítica*. Esta, por sua vez, estaria presente de maneira mais nítida na produção de autoria feminina a partir da década de 1960, em que se sobressaem, na poesia, Hilda Hilst, Ana Cristina César, Adélia Prado, Cora Coralina; na prosa, Clarice Lispector, Nérida Piñon, Márcia Denser, Lygia Fagundes Telles, Lya Luft, entre outras.

Consciência que à força de tentar se posicionar, não só em relação à falência do modelo-de-comportamento feminino herdado da sociedade tradicional (a sociedade cristã / burguesa / liberal/ patriarcal/ capitalista que vem sendo questionada e

abalada em seus alicerces desde o início do século), como também à interdependência existente entre as múltiplas formas de criação literária e os estímulos ou imposições do *contexto sociocultural* em que essa criação surge.<sup>58</sup>

De acordo com as considerações tecidas por Constância Duarte em “Feminismo e literatura no Brasil”, ainda não é possível afirmar a existência de uma quinta “onda” a partir dos anos de 1990. Ela conclui:

Com certeza vivemos outros e novos tempos, e o movimento feminista parece atravessar um necessário e importante período de amadurecimento e reflexão. O que não se sabe é como retornará na próxima onda, que formato e dimensões poderia ter.<sup>59</sup>

Ao levar em conta a afirmação de Miriam Pillar Grossi<sup>60</sup> (2004) que indica a defesa de tese de livre docência de Heleieth Saffioti em 1967 na USP como marco dos estudos sobre a mulher no Brasil, pode-se dizer, deste modo, que esse campo de pesquisa tem apenas 40 anos no Brasil.

Em relação aos estudos de crítica literária, percebe-se que, apenas por volta dos meados da década de 80 começam a aparecer trabalhos que tentam se libertar dos conceitos importados das escolas francesa e anglo-americana. Nesse sentido, pode-se dizer que a crítica feminista no Brasil, consciente da influência exercida por essas tendências, volta-se para análises acerca da representação feminina na literatura, como também para discussões que giram em torno de uma possível *linguagem da escritura feminina*. Além disso, a historiografia feminista tem instaurado importantes debates que permeiam a questão da própria formação do cânone, uma vez que se propõe resgatar obras “esquecidas” pela tradição canônica, contestando, desta maneira, a ausência da literatura produzida por mulheres.

Outro aspecto que tem sido examinado cuidadosamente por algumas estudiosas do feminismo refere-se à noção de “sororidade” ou de irmandade, como intitula Suely Gomes Costa<sup>61</sup> (2004). Trata-se de uma concepção que foi embutida de que as mulheres, sendo todas iguais, deveriam lutar contra a desigualdade em relação aos homens:

Essa forma de pensar a identidade biológica ganha revisões a partir dos anos 80, do século XX. Na noção de “sororidade”, conformam-se a homogeneização e a ocultação das diferenças e desigualdades entre as mulheres. Essas revisões decorrem da crescente tomada de consciência das diferenças e desigualdades no que concerne o enquadramento político; à posição de classe; às circunstâncias raciais/étnicas; às distâncias de geração ideológicas. **No Brasil, esse debate, restrito a alguns círculos, mantém-se lacunar** no que tange à avaliação de impasses dos

feminismos, organizações sempre imaginadas como de defesa de doutrinas igualitárias.<sup>62</sup>

Miriam Pillar Grossi<sup>63</sup> (2004) ainda atenta para a questão do atual objeto dos estudos feministas no Brasil, o qual ela prefere chamar de “*estudos feministas, de mulheres e de gênero*”. Em uma pesquisa realizada juntamente com Sônia Malheiros Miguel em mais de 1000 instituições brasileiras em 1995, revelou-se que muitas pesquisadoras não se reconhecem dentro do “rótulo” feminista, ou por acharem que este está estritamente ligado à militância, ou por considerarem que seus trabalhos se enquadram dentro dos estudos de ciências sociais, pois avaliam suas pesquisas como parte da teoria social contemporânea. Grossi considera esses resultados como um reflexo de um espaço permeado de pluralidades:

[...] constatamos que não podíamos denominar de movimento feminista, grupos que se auto-denominavam como “de mulheres”, ora se consideravam “feministas”, ora se diziam trabalhar com “questões ou políticas de gênero”. Partindo desses dados e analisando os trabalhos apresentados em diferentes eventos da área considero que há vários tipos de pesquisas sendo realizadas atualmente no Brasil: pesquisas sobre mulheres, pesquisa sobre homens, pesquisas que analisam as relações de gênero, pesquisas preocupadas com questões teóricas, pesquisas sobre o movimento feminista e de mulheres, etc...<sup>64</sup>

Diante desse contexto, é importante frisar algumas pesquisadoras que têm desempenhado um papel fundamental no que tange às principais reflexões dos estudos sobre Mulher e Literatura, a saber: Suzana Funck, Marlyse Meyer, Nádia Gotlib, Heloisa Buarque de Hollanda, Constância Lima Duarte, Rosiska Darcy de Oliveira, Rita Schmidt, entre outras.

Ainda no que se refere às perspectivas do pensamento crítico feminista no Brasil, vale mencionar as considerações feitas por Heloisa Buarque de Hollanda:

É inegável que o pensamento crítico feminista no Brasil, em fase de expansão e formação de um *corpus* teórico próprio, pelo menos na área das letras, já mostra quantitativa e qualitativamente sinais de seu potencial crítico e político. É inegável também [...] que a atual voga dos estudos feministas não é apenas mais uma moda acadêmica, mas é um entre os muitos resultados da longa trajetória das mulheres, com idas e vindas, estratégias e lutas, em busca não só de seus direitos civis, mas também de seu inalienável direito de interpretação.<sup>65</sup>

Como forma de destacar a importância dos estudos relacionados à escrita de autoria feminina, espera-se que este conciso panorama tenha servido para situar os propósitos

sustentados por algumas de suas representantes, embora se saiba que pontuar alguns nomes é sempre uma tarefa árdua, pois se corre o risco de excluir outros significativos.

Recebido para publicação em maio de 2008.  
Aprovado para publicação em setembro de 2008.

## Notas

- 
- <sup>1</sup> Este trabalho constitui parte de uma pesquisa de mestrado, desenvolvida na UNESP /Assis – SP, sob orientação da professora Dr<sup>a</sup> Ana Maria Domingues de Oliveira e que contou com apoio da CAPES.
- <sup>2</sup> Apud HUMM, 1994, p.1. In: \_\_\_\_\_. *A reader's guide to contemporary feminist literary criticism*. New York: Harvester Wheatsheaf, 1994.
- <sup>3</sup> HUMM, M. Introduction Feminist criticism: the 1960 to the 1990. In: \_\_\_\_\_. *A reader's guide to contemporary feminist literary criticism*. New York: Harvester Wheatsheaf, 1994, p.1.
- <sup>4</sup> ALVES, Branca; PITANGUY, Jaqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Brasiliense, 2003, p.12-14. (Coleção primeiros passos, 44)
- <sup>5</sup> Ibidem, p.16.
- <sup>6</sup> Ibidem, p.25.
- <sup>7</sup> ZOLIN, Lúcia Osana. Crítica feminista. In: BONICCI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (Org.). *Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. 2 ed. revista e compilada. Maringá: Eduem, 2005, p.184.
- <sup>8</sup> Ibidem, p.184.
- <sup>9</sup> DUARTE, Constanca. Literatura feminina e crítica literária. *Travessia: revista do curso de Pós-Graduação em Literatura Brasileira da UFSC, Florianópolis, 2º semestre de 1990*, p.15
- <sup>10</sup> OLIVEIRA, Rosiska Darcy. *Elogio da diferença: o feminino emergente*. São Paulo: Brasiliense, 1999, p.48, grifos meus.
- <sup>11</sup> Apud MAGEDO; AMARAL, 2005, p.88. In: \_\_\_\_\_. *Dicionário da crítica feminista*. Porto: Afrontamento, 2005.
- <sup>12</sup> DUARTE, op.cit., p.22
- <sup>13</sup> Ibidem, p.22, grifo do autor.
- <sup>14</sup> FUNCK, Susana Bornéo. Da questão da mulher à questão do gênero. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Trocando idéias sobre a mulher e a literatura*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1999, p.18
- <sup>15</sup> HUMM, M., op.cit., p.24.
- <sup>16</sup> WOOLF, Virginia. *Um quarto que seja seu*. Tradução de Maria Emília Ferros Moura. Lisboa: Vega, 1978, p.39)
- <sup>17</sup> BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Tradução de Sergio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960. v.2, p.449.
- <sup>18</sup> Ibidem, p.449.

- 
- <sup>19</sup> Ibidem, p.497, grifo do autor.
- <sup>20</sup> ZOLIN, op.cit., p.189.
- <sup>21</sup> CASTRO, Nancy Campi de. O feminino em questão: uma leitura de Elizabeth Wright e de Toril Moi. In: IV SEMINÁRIO NACIONAL MULHER & LITERATURA, 6.,1991, Niterói. *Anais...* Niterói: Coordenação de Pós-Graduação em Letras da Universidade Fluminense; Abralic, 1992, p.228.
- <sup>22</sup> Publicado sob o título “A crítica feminista no território selvagem”. Tradução de Deise Amaral. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p.23-57.
- <sup>23</sup> CIXOUS, Hélène. *La risa de la Medusa: ensayos sobre la escritura*. Prólogo y traducción de Ana Maria Moix; traducción revisada por Myriam Díaz-Diocaretz. Barcelona: Anthropos, 1995., p.15.
- <sup>24</sup> Ibidem, p.20.
- <sup>25</sup> Ibidem, p.56.
- <sup>26</sup> HUMM, op.cit., passim, grifo do autor.
- <sup>27</sup> OLIVEIRA, Rosiska Darcy. *Elogio da diferença: o feminino emergente*. São Paulo: Brasiliense, 1999, p.30.
- <sup>28</sup> Apud CASTRO, 1992, p.228.
- <sup>29</sup> ZOLIN, op.cit., p.196.
- <sup>30</sup> HUMM, op.cit, p.23.
- <sup>31</sup> DUARTE, Constanca Lima. Literatura feminina e crítica literária. *Travessia: revista do curso de Pós-Graduação em Literatura Brasileira da UFSC, Florianópolis, 2º semestre de 1990*, p.21, grifos do autor.
- <sup>32</sup> In: BESEY, C.; MOORE. J. (Ed.). *The Feminist Reader: Essays in Gender and the Politics of Literary Criticism*. Houndmills: Macmillan, 1989. p.117-132.
- <sup>33</sup> MOI, Toril. Feminist, Female, Feminine. In: BESEY, C.; MOORE. J. (Ed.). *The Feminist Reader: Essays in Gender and the Politics of Literary Criticism*. Houndmills: Maemillan, 1989, p.132, grifos do autor.
- <sup>34</sup> CASTRO, op.cit., p.26.
- <sup>35</sup> Discussões terminológicas apresentadas in: QUEIROZ, Vera. *Crítica literária e estratégias de gênero*. Niterói: EdUFF, 1999, p.17.
- <sup>36</sup> ZOLIN, op.cit.,p.183.
- <sup>37</sup> ZOLIN, loc.cit.
- <sup>38</sup> QUEIROZ, loc.cit.
- <sup>39</sup> NICHOLSON, Linda. “Interpretando o gênero”. *Revista estudos feministas*, v.2, n.8, 2000, p.9-41.
- <sup>40</sup> HUMM, op.cit., p.20.
- <sup>41</sup> Aspectos apontados in: QUEIROZ, loc.cit.
- <sup>42</sup> Apud PINTO, Cristina Ferreira. *O bildungsroman feminino: quatro exemplos brasileiros*. São Paulo: Perspectiva, 1990.p.34

- 
- <sup>43</sup> DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. *Estudos avançados*, São Paulo, 2003, v.17, n.49, p.151-172.
- <sup>44</sup> Como forma de situar o período o qual as autoras viveram, sempre que possível, será apontado os seus respectivos anos de nascimento e morte.
- <sup>45</sup> DUARTE, op.cit., p.154, grifo do autor.
- <sup>46</sup> SCHMIDT, Rita Terezinha. Repensando a cultura, a literatura e o espaço da autoria feminina. In: NAVARRO, Márcia Hoppe (Org.). *Rompendo o silêncio*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995, p.183.
- <sup>47</sup> Apud GOTLIB, Nádya Battella. A literatura feita por mulheres no Brasil. In: BRANDÃO, I.; MUZART, Z. L. . *Refazendo nós: ensaios sobre mulher e literatura*. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003, p.32.
- <sup>48</sup> Ibidem, p.34.
- <sup>49</sup> PINTO, op.cit, p.43.
- <sup>50</sup> PAIXÃO, Sylvia Perlingeiro. O olhar condescendente. *Travessia: revista do curso de Pós-Graduação em Literatura Brasileira da UFSC*, Florianópolis, 2º semestre de 1990, p.54.
- <sup>51</sup> PINTO, op.cit., passim, grifo meu.
- <sup>52</sup> Ibidem, p.38.
- <sup>53</sup> Ibidem, p.40.
- <sup>54</sup> GOTLIB, op.cit., p.41, grifo do autor.
- <sup>55</sup> ZOLIN, op.cit., p.276.
- <sup>56</sup> DUARTE, op.cit., p.165.
- <sup>57</sup> GROSSI, Miriam Pillar. A revista estudos feministas faz 10 anos - uma breve história do feminismo no Brasil. *Revista de estudos feministas*, Florianópolis, v.12, número especial, set.-dez. 2004, p.213.
- <sup>58</sup> COELHO, Nelly Novaes. *A literatura feminina no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Siciliano, 1993, p.16, grifo do autor.
- <sup>59</sup> DUARTE, op.cit., p.168.
- <sup>60</sup> GROSSI, op.cit., p.212.
- <sup>61</sup> COSTA, Suely Gomes. Movimentos feministas, feminismos. *Revista de estudos feministas*, Florianópolis, v.12, número especial, set.-dez. 2004, p.25.
- <sup>62</sup> COSTA, loc.cit., grifo meu.
- <sup>63</sup> GROSSI, op.cit., p.218.
- <sup>64</sup> GROSSI, loc.cit. .
- <sup>65</sup> HOLLANDA, Heloisa Buarque; ARAÚJO, Lucia Nascimento. *Ensaístas brasileiras*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993, p.34.